

# Entre gêneros e normas: um estudo de caso sobre a docência universitária e suas percepções sobre as diferenças

*Wesley Piante Chotolli*<sup>1</sup>

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Penápolis  
Faculdade de Ciências e Tecnologia de Birigui

*Larissa Pelúcio*<sup>2</sup>

Universidade Estadual Paulista

**Resumo:** Por meio de um estudo de caso de uma Instituição de Ensino Superior privada do interior paulista, tecem-se considerações sobre o modo como professoras e professores do espaço universitário visualizam as questões de gênero a partir de suas concepções, formações e vivências. A pesquisa possui abordagem qualitativa e utiliza-se de entrevistas semiestruturadas para a coleta de dados e informações dos sujeitos docentes. É possível verificar as dificuldades em conceber aproximações analíticas sobre o tema e a necessidade de debate sobre aspectos estruturantes na formação para a docência universitária. Assim, conclui-se a necessidade de formação continuada para o rompimento de normas consagradas.

**Palavras-chave:** docência universitária; gênero; ensino superior.

<sup>1</sup> Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/Marília). Coordenador de Extensão da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Penápolis (FAFIPE/FUNEPE). Membro do Grupo de Pesquisas Transgressões – Gênero, Sexualidades, Corpos e Mídias contemporâneas.

<sup>2</sup> Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Docente do Programa de Pós-graduação em Comunicação (UNESP/Bauru). Líder do Grupo de Pesquisa Transgressões - Gênero, Sexualidades, Corpos e Mídias contemporâneas.

## **Between genders and norms: a case study on university teaching and its perceptions of differences**

**Abstract:** Through a case study of a private Higher Education Institution in the interior of São Paulo state, considerations are made on how university professors view gender issues based on their conceptions, training, and experiences. The research has a qualitative approach and uses semi-structured interviews to collect data and information from the teaching subjects. It is possible to verify the difficulties in conceiving analytical approaches to the topic and the need for debate on structuring aspects in training for university teaching. Thus, the need for continuous training to break established norms is concluded.

**Keywords:** university teaching; gender; higher education.

## **Entre gêneros y normas: un estudio de caso sobre la docencia universitaria y sus percepciones sobre las diferencias**

**Resumen:** A través de un estudio de caso de una Institución de Educación Superior privada del interior de São Paulo, se hacen consideraciones sobre cómo los profesores y las profesoras del ámbito universitario visualizan las cuestiones de género a partir de sus concepciones, formaciones y vivencias. La investigación tiene un enfoque cualitativo y utiliza entrevistas semiestructuradas para la recopilación de datos e información de los sujetos docentes. Es posible verificar las dificultades para concebir enfoques analíticos sobre el tema y la necesidad de debatir sobre aspectos estructurales en la formación para la docencia universitaria. Así, se concluye la necesidad de formación continua para romper con las normas establecidas.

**Palabras clave:** docencia universitária; género; educación superior.

“ Por que alguém teria medo do gênero?” É com esta questão que Judith Butler (2024) inicia suas recentes reflexões no livro intitulado *Quem tem medo do gênero*, publicado a partir de experiências acadêmicas e das violências vivenciadas em sua visita para participar de um evento no Brasil. A provocação inicial parte do contexto social marcado pela ofensiva da extrema direita, que também é fortalecida por discursos religiosos, sobre a necessidade de combater a chamada “ideologia de gênero” presente, principalmente, nos debates acadêmicos e educacionais de setores que buscam o reconhecimento e o respeito às diferenças. Butler sugere, entre outras alegorias encontradas em seus textos, a existência de uma espécie de ameaça fantasmagórica nas mentalidades populares (conservadoras) sobre as discussões conceituais em torno da temática de gênero. Como todo bom fantasma, a ameaça é o resultado daquilo que é desconhecido e que necessariamente pode causar alguma ruptura no entendimento do real. Logo, possui “poderes destrutivos, uma forma de reunir e exacerbar a multiplicidade de pânico modernos” (BUTLER, 2024: 10).

Tal situação pode ser muito bem observada nos discursos midiáticos quotidianos. A ofensiva contra o gênero é pauta de inúmeras postagens de políticos e políticas profissionais que observaram no tema uma forma de angariar um público fiel que pressupõe um referencial binário sobre o conceito. Para este grupo, homens possuem pênis, tem comportamentos masculinizados e se sentem atraídos por corpos sexuados de mulheres. O contrário também é válido. É nesta lógica que a norma cis-heteronormativa se constitui e ganha força entre as/os adeptas/os dos fantasmas de gênero.

Se no campo da discussão política a “pauta dos costumes” foi, de certa forma, apropriada pelos setores mais conservadores do Congresso Nacional, a ausência e o silêncio das problematizações em outros espaços institucionais mantêm a lógica desta proposta de dominação. Obviamente, boa parte das políticas públicas destinadas à população brasileira são produzidas nas esferas governamentais e são reverberadas pelas leis aprovadas pelas/os parlamentares. No campo da educação, por exemplo, o esvaziamento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é decorrente do cenário social de pressão sobre o assunto.

Elder Luan dos Santos Silva (2020) discute esta circunstância ao analisar o processo histórico que marca a ofensiva contra o gênero no contexto educacional. Para o autor, o veto da presidenta Dilma Rousseff sobre o programa “Escola Sem Homofobia” trouxe à tona o fortalecimento de setores evangélicos para a definição de pautas de costumes, interferindo diretamente no setor educacional. Segundo Silva (2020: 139):

Desde o programa Brasil Sem Homofobia, que essa alternativa, de disseminação de um pânico moral/social, foi utilizada por esses setores ultraconservadores em suas articulações que demandavam a não aprovação dos materiais desenvolvidos para o programa. A retórica utilizada articulava expressões patriarcalistas, homofóbicas e antiesquerdistas, em uma investida que buscava paralisar outras iniciativas que tinham como mote a defesa dos direitos LGBT.

Nesse sentido, a própria Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi atravessada por interesses contrários à defesa das diferenças. Silva (2020: 154), ao problematizar os currículos do Ensino Fundamental, aponta que “a retirada dos termos gênero e sexualidade foi uma ação coordenada pelo MEC e aprovado pelo CNE, sem participação popular, ou mesmo sem levar em consideração às sugestões advindas das consultas públicas”. De forma semelhante, no Ensino Médio, em busca da flexibilização dos conteúdos, uma nova estrutura curricular foi estabelecida objetivando o desenvolvimento de habilidades e competências em torno dos itinerários formativos. Novamente, as temáticas de gênero e sexualidade são afastadas do currículo, de modo a observar os objetivos políticos do Congresso Nacional.

De acordo com Carolina Giovannetti e Shirlei Sales (2022: 9),

A Base para o Ensino Médio, entregue em abril de 2018 pelo MEC ao CNE, foi aprovada sem grandes oposições, no dia 04 de dezembro de 2018 e seguiu para homologação em 14 de dezembro de 2018. A homologação da BNCCEM foi, então, efetuada em meio às discussões que tomaram o país, em virtude da emergência de grupos reacionários e da eleição para a Presidência da República de um representante da extrema direita, Jair Bolsonaro. Esses grupos reivindicam pautas retrógradas nas esferas educacionais e associam qualidade de educação à organização de currículos únicos, como a BNCCEM.

Sublinha-se que neste contexto há um aumento significativo do número de estudantes que agora estão matriculados no Ensino Superior. Por meio de políticas públicas como as cotas raciais e os financiamentos estudantis, cada vez mais jovens ingressam em graduações públicas ou privadas. As diferenças emergem neste contexto.

O grande dilema aqui colocado é o modo como as marcas simbólicas serão tratadas e entendidas nos currículos universitários. Embora alguns cursos privilegiem tal debate, a ausência de conteúdos associados à negritude, ao gênero, à sexualidade, aos povos originários, entre outros, inviabilizam a transformação social necessária. No Brasil, a Resolução 1 de 30 de maio de 2012, aponta, no Artigo 3º, que deve haver a educação para os Direitos Humanos, com a finalidade de proteger a dignidade humana e a igualdade de direitos, bem como “o reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades” (BRASIL, 2012).

Na busca pelo entendimento desta questão, problematiza-se o modo como as questões de gênero são observadas e compreendidas por professoras e professores universitários de uma faculdade privada do interior paulista. As suas concepções e vivências tornam-se importantes para a reflexão da temática, visto que este debate é estruturante para pensar formas de lidar com a formação pedagógica.

Destaca-se que este artigo é um recorte de pesquisa desenvolvida para o doutoramento em Ciências Sociais, cujo objetivo foi analisar os debates sobre a Pedagogia Universitária e as compreensões sobre gênero e sexualidade no Ensino Superior.

## **Cenário e caminhos da pesquisa**

Analisar o cotidiano de instituições de ensino nem sempre é uma tarefa fácil. A entrada no campo de pesquisa envolve um certo rigor acadêmico e quase sempre é vista com desconfiança pela organização pesquisada. Como salientado anteriormente, o artigo é um recorte de um estudo para o doutoramento em Ciências Sociais. Um dos autores do artigo é professor e Coordenador de Extensão da IES estudada e apresentou o projeto de pesquisa para a direção da instituição, revelando os interesses e objetivos da proposta.

Entende-se que o estudo possui abordagem qualitativa, visto que o seu dobramento se dá para o entendimento das relações simbólicas produzidas no interior desta IES. Segundo Maria Helena Michel (2015: 40), “a pesquisa qualitativa carece de que os fenômenos sociais sejam interpretados à luz do contexto, do tempo, dos fatos e análise de todas as interferências”.

Para a construção deste estudo foi necessária a realização de pesquisa bibliográfica (MARCONI e LAKATOS, 2020) sobre os saberes da Pedagogia Universitária (MELO, 2018) e suas relações sociais desempenhadas no contexto acadêmico. Para tanto, a percepção das práticas professorais e suas experiências no espaço da IES constituem-se como aspectos relevantes para os objetivos da pesquisa.

Entende-se que esta proposta é um estudo de caso. Antônio Joaquim Severino (2016: 128) diz que esta forma de pesquisa “se concentra no estudo de um caso particular, considerado representativo de um conjunto de casos análogos, por ele significativamente representativo”. Mesmo se tratando de uma faculdade privada do interior paulista, a sua realidade é parecida com outras IES privadas de ensino. A forma de contratação, as atividades desempenhadas e o conjunto de discentes se assemelham. Porém, Howard Saul Becker (1994: 66) alerta para as singularidades do estudo de caso, dizendo que “nunca devemos pressupor que duas instituições são iguais simplesmente porque pertencem à mesma categoria social convencionalmente definida”.

Diante destas considerações, o entendimento sobre o modo como as questões de gênero é entendido e visualizado na visão docente só poderia ser captado por meio de entrevistas. Optou-se pela realização de entrevistas semiestruturadas para que a/o entrevistada/o pudesse expressar as suas percepções sobre a temática (LÜDKE e ANDRÉ, 2017). A seleção das/os docentes entrevistadas/os ocorreu por meio dos seguintes critérios: a) aceitação da participação na pesquisa; b) formação no curso em que leciona; e c) tempo mínimo de dois anos lecionando na Instituição. As entrevistas foram realizadas a partir de videoconferências no aplicativo “Google Meet”, armazenadas em *drive* do *e-mail* institucional e transcritas em sua totalidade. Eleveu-se este formato em decorrência da pandemia de Covid-19. Obteve-se 587 minutos de conversações, que foram analisados por meio da análise de discurso proposta por Michel Foucault (2014).

Ressalta-se que todo o procedimento ético para a realização da pesquisa foi cumprido. O projeto de pesquisa foi apresentado para o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Campus de Marília (SP). O Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) é o de número 36964420.4.0000.5406 e foi aprovado. Todas as normativas e resoluções propostas para a realização do estudo foram seguidas, de modo que a realização do estudo só ocorreu após a anuência da instituição e explicação dos objetivos e apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para as/os docentes.

## Prosas e percepções

É interessante descrever o contexto desta pesquisa e situar os espaços vivenciados na IES. A faculdade foi fundada nos anos de 1960, em um contexto de expansão das faculdades e universidades privadas (SAMPAIO, 2014). Inicialmente, seu funcionamento ocorreu em um prédio central municipal, com algumas salas de aula disponibilizadas para o início de sua atividade. No final da dé-

cada de 1960 e começo da década de 1970, a construção do atual *campus* foi iniciada. Atualmente, é possível perceber as alterações da arquitetura original e a construção de novos blocos, com estruturas dissemelhantes da inauguração. Isso se deu em decorrência da expansão dos cursos de graduação, ocorrida nos anos de 1990 e solidificada na segunda metade dos anos de 2010.

A entrada no prédio institucional ocorre por meio de catracas, com uma dupla significação. Na primeira perspectiva, a preocupação com a segurança das/os discentes, docentes e funcionários. Noutra, a possibilidade de estabelecer quem pode ou não ter acesso a este espaço. Do lado direito, observa-se toda a estrutura pedagógica (secretaria, sala da direção geral, de coordenadorias<sup>3</sup>, direção de centro<sup>4</sup>, sala de reunião). Do lado esquerdo, são visualizados os espaços da FUNDAÇÃO<sup>5</sup> (atendimento, recursos humanos, sala da presidência, financeiro e *compliance*). Entre os espaços, vê-se mesas de concreto circulares que funcionam como espaço de socialização e encontro dos sujeitos frequentadores. Ao fundo, é possível olhar a cantina e um grande corredor que dá acessos aos blocos de aula e as demais estruturas institucionais. Atualmente, são dez cursos de graduação com aulas no período noturno e um curso em tempo integral<sup>6</sup>, totalizando onze graduações.

Para o entendimento da proposta metodológica utilizada, produziu-se o Quadro 1 com algumas características das/os docentes entrevistadas/os. Nota-se que as informações foram disponibilizadas pelas/os próprias/os entrevistadas/os a partir de suas trajetórias. Optou-se, no roteiro, por questões que fossem específicas à formação e à carreira.

**Quadro 1** – Perfil de docentes da IES. Elaborado pelos autores.

NOME	IDADE <sup>7</sup>	FORMAÇÃO INICIAL	PÓS-GRADUAÇÃO <sup>8</sup>	EXPERIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR <sup>9</sup>	EXPERIÊNCIA NA IES <sup>10</sup>	JORNADA
Ítalo	42 anos	Graduação em Ciências Contábeis e Direito	Especialização e Mestrado Acadêmico (Stricto Sensu)	20 anos	3 anos	Parcial
Selma	34 anos	Graduação em Direito	Mestrado Acadêmico (Stricto Sensu) e cursando Doutorado Acadêmico (Stricto Sensu)	3 anos	3 anos	Parcial
Fausto	41 anos	Graduação em Educação Física	Mestrado Acadêmico (Stricto Sensu) e Doutorado Acadêmico (Stricto Sensu)	12 anos	5 anos	Parcial
Heitor	37 anos	Graduação em Agronomia	Especialização, Mestrado Acadêmico (Stricto Sensu) e Doutorado Acadêmico (Stricto Sensu)	8 anos	5 anos	Parcial

<sup>3</sup> Nas universidades, as atividades são divididas em pró-reitorias. No caso desta faculdade, há funções semelhantes, em que professores/as nomeadas/os pela direção geral desempenham os cargos de Coordenador de Graduação, Coordenador de Extensão, Coordenador de Pós-graduação, Coordenador de Pesquisa e Coordenador Administrativo

<sup>4</sup> A IES possui uma organização interna em que os cursos de graduação são acompanhados por Diretores de Centro, cuja função é fazer o gerenciamento das atividades pedagógicas. São três grandes centros.

<sup>5</sup> Optou-se por utilizar o termo “FUNDAÇÃO” quando fizer referência a organização/instituição. Em contrapartida, o termo “fundação” será entendido como ato de criação.

<sup>6</sup> No momento de realização das entrevistas, a IES possuía nove cursos de graduação. Em 2024, duas novas graduações foram ofertadas para a comunidade, totalizando onze possibilidades de carreira.

<sup>7</sup> Utilizou-se como referência a idade no momento da entrevista.

<sup>8</sup> Para garantia do anonimato, optou-se apenas por apresentar a modalidade de formação (especialização, mestrado ou doutorado), sem a descrição do programa cursado.

<sup>9</sup> Utilizou-se como referência o tempo de experiência no momento da entrevista.

<sup>10</sup> Utilizou-se como referência o tempo de atuação na IES no momento da entrevista.

<b>Giovana</b>	40 anos	Graduação em Enfermagem	Especialização e Mestrado Acadêmico (Stricto Sensu)	17 anos	5 anos	Integral
<b>Débora</b>	38 anos	Graduação em Pedagogia	Mestrado Acadêmico (Stricto Sensu) e Doutorado Acadêmico (Stricto Sensu)	11 anos	2 anos	Parcial
<b>Joaquina</b>	38 anos	Graduação em Psicologia	Especialização, Mestrado Acadêmico (Stricto Sensu) e Doutorado Acadêmico (Stricto Sensu)	9 anos	9 anos	Integral
<b>Flávia</b>	33 anos	Graduação em Administração e Ciências Contábeis	Especialização, Mestrado Acadêmico (Stricto Sensu) e Doutorado Acadêmico (Stricto Sensu)	5 anos	5 anos	Integral
<b>Mariana</b>	71 anos	Graduação em Medicina	Especialização e Mestrado Acadêmico (Stricto Sensu)	5 anos	5 anos	Parcial

É necessário considerar que a realidade de uma Universidade Pública é diferente daquela encontrada em uma faculdade isolada privada. As condições para efetivação do ensino, da pesquisa e da extensão divergem significativamente, visto que as prioridades assumidas podem ser diversas, estando associadas à própria natureza das instituições, que privilegiam os interesses regimentais, ora pautados pelo equilíbrio financeiro, ora pelo desenvolvimento científico.

Nessa perspectiva, admite-se neste estudo o entendimento de que a Pedagogia Universitária deva ser compreendida a partir da perspectiva crítica de Geovana Ferreira Melo (2018: 34), “assumindo-a como campo de conhecimento, como teoria da educação superior, compromissada com o estudo da práxis educativa, em sua complexidade”. Ao concordar com a pesquisadora brasileira, e em consonância com suas pesquisas, discutir o contexto do Ensino Superior exige reconhecer o momento histórico, suas disputas, tensões e objetivos, de modo que a desejada formação crítica seja condição *sine qua non* para o desenvolvimento político-social das/os estudantes.

A Pedagogia Universitária é entendida como o campo de conhecimento que vincula a articulação entre os objetivos do Ensino Superior, e sua materialidade político-histórico-social, com a maneira como os saberes acadêmicos são produzidos, sistematizados e ressignificados no espaço universitário. Necessita-se problematizar as condições pelas quais a atividade docente é promovida nessa intersecção, visto que a docência é o fundamental nesse processo, mesmo em suas diferentes possibilidades.

Diante disso, a análise sobre as questões de gênero impacta diretamente no processo educacional. O reconhecimento das diferenças e a ocupação do espaço universitário são importantes mecanismos para a afirmação dos sujeitos dissidentes das normas hegemônicas. Sabendo-se dos dilemas ainda encontrados neste cenário, perguntou-se para as professoras e professores como poderiam definir o conceito de gênero. Foram obtidas as seguintes reflexões:

*Só RG. (ÍTALO, 2021)*

*Gênero é um grupo de ações e costumes de um grupo de pessoas. (HEITOR, 2021)*

*Pra mim gênero é masculino e feminino. (SELMA, 2022)*

*Diferenças de gênero são as diferenças de papéis que a pessoa expressa e aí pode ser a mulher e o homem e esses papéis, eles são, é enraizado na sociedade, tá? Então, gênero são esses papéis expressados, comportamentos. (JOAQUINA, 2022)*

*Eu compreendo gênero como uma construção social. Então biologicamente nós nascemos em um corpo que é, em sua maioria, homens ou mulheres, né, porque a gente também tem os intersexos, mesmo que em quantidade menor, e aí a partir desse nascimento biológico, existe toda uma... Característica que são relacionadas à mulher e que são relacionadas aos homens, e que muitas vezes são totalmente diferentes, até contraditórias. Então a mulher é doce, o homem é bruto. A mulher, ela é calma, o homem, ele é nervoso. (DÉBORA, 2022)*

*Eu vejo gênero masculino e feminino, né, e aí a gente tem que separar um pouco o conceito biológico do conceito social, imagino, né? Então esse que eu citei para você mais biológico e a forma como se comporta, ou quer se comportar, ou quer viver, aí amplia um pouco mais o leque de gênero, né? Então o bi é um. Mais voltado ao seu comportamento social, mas nesse sentido [...]. Tem o gênero masculino e feminino, mais relacionado à biologia da coisa. Mas aí o gênero mais geral estaria mais relacionado a forma como ele se sente na troca sexual em si, entendeu? (FAUSTO, 2022)*

*Eu acho que é possível conceituar. Eu não sei se eu consigo conceituar, que é uma outra pergunta (risos). [...] Eu, na minha vida profissional, lido muito né, porque a gente faz a política de saúde pública. E aí, assim, eu acho que eles vão conseguir falar com um ganho de causa muito maior do que eu. Porque eles vivenciam isso. Mas gênero, pra mim, é isso. É a pessoa com sua identidade sexual, a sua escolha. E aí isso é muito pessoal e individual e ninguém tem nada a ver com isso. (GIOVANA, 2022)*

*Como você quer? Masculino e feminino? O gênero masculino é aquele que nasceu homem masculino, que tem os genitais, a endocrinologia masculina e o feminino é aquele nasceu mulher e tem... Agora as escolhas sexuais são, podem ser, diferentes. Como ele pratica a sexualidade dele, aí pode ser homo, hétero, trans, e aquilo tudo que a gente conhece, né? Que a gente tá aprendendo cada vez mais sobre isso. Porque era uma coisa que a sociedade jogava no lugar, né? Jogava no lugar e era pecado. Era feio. Era horrível. Acabou. Mas graças a Deus isso já mudou muito, né, para felicidade deles, né, principalmente porque eu acho que o homossexual, na sociedade, há alguns anos atrás, era um ser excluído e isso só trazia ele, levava ele para a marginalidade, entendeu? Então a gente passou pra uma fase que eu acho que é melhor agora, onde a gente aceita mais, onde a gente dá a liberdade de escolhas sobre a sexualidade. Agora, daí vem o exagero, né? (MARIANA, 2023)*

O professor Ítalo estabelece em sua definição algo muito próximo de uma essencialidade construída em torno do corpo. Raewyn Connell e Rebecca Pearse (2015: 36) já haviam apontando que “no cotidiano, tomamos o gênero como algo dado. Reconhecemos uma pessoa como homem ou mulher, menino ou menina, instantaneamente”. Nesse sentido, as marcas referidas pelo docente (RG) são fundamentadas em caracterizações biológicas, que podem ser constituídas em torno dos binarismos existentes, tais como “homem x mulher”, “masculino x feminino”, “macho x fêmea”. Porém, ao afirmar que o documento oficial rege a conceitualização de gênero, a categoria trans pode emergir nesse contexto, constituindo-se como elemento de problematização para os destinos tidos como biologicamente estruturantes. Se o gênero, na visão do docente, é marcado por um aspecto legal definido pelas normas do Estado nacional e por um processo de vigilância sobre os corpos, há a garantia de que os sujeitos serão classificados dentro dessa ordem e reconhecidos a partir de suas composições. No entanto, do mesmo modo, as noções de cidadania e seus respectivos direitos estarão presentes no sentido atribuído pelo professor.

O professor Heitor vincula o seu entendimento em torno de duas dimensões importantes: o comportamento coletivo e a construção social de ações comportamentais. Nesse caso, o reconhecimento dos hábitos e dos vínculos se dá a partir da aceitação do conjunto ao qual pertence. A identidade de gênero é constituída por meio da legitimação dos integrantes de um determinado grupo, que pode ser abrangente, mas também restrita a um cenário cultural. Ser um homem típica-

mente brasileiro, de maneira generalizante, envolve gostar de esportes como futebol, ter um gosto gastronômico em que o churrasco se torna a demonstração do “macho predador” e a cerveja é consagrada tal qual bebida simbolizadora da masculinidade. No entanto esse mesmo homem, no contexto interiorano do Estado de São Paulo, possivelmente deverá agregar aos comportamentos o gosto pela música sertaneja universitária ou pelo funk característico da modernidade paulista. Possivelmente, em outros Estados, as caracterizações e composições identitárias são distintas, ainda que marcadas por uma certa repetição performática. Os arranjos grupais são perpassados por condições culturais, corroborando o processo de construção dos gêneros e suas contradições.

Butler (2017; 2020) fez considerações sobre como o gênero se torna algo performático, de modo a se constituir e legitimar por meio da reprodução constante de padrões consagrados nos cenários de socialização. Ainda que bastante óbvio, ao destacar que o gênero envolve pessoas, Heitor sugere que tais proposições são simbólicas e permeadas pela produção de significados nas distintas ações humanas.

A professora Selma também retrata sua definição em torno da existência do binarismo “masculino x feminino”. Nessa concepção, parecem existir fronteiras em torno de comportamentos, não sendo possível criar uma espécie de intersecção de atos ou ações. Ou se é um ou se é outro. Não há a possibilidade de ser ambas as classificações ao mesmo tempo ou de transitar nas esferas comportamentais de acordo com os desejos e vontades do sujeito. Nesse caso, é importante considerar que as experiências de gênero não são fixadas pela questão biológica, tampouco uma imposição do contexto social (CONNELL e PEARSE, 2015). Mesmo que perpassadas pela consagração de comportamentos, as experimentações são subjetivas, ainda que marcadas pela vigilância social na existência dos padrões sociais. A cultura interfere, influencia, estabelece e indica os caminhos normalizantes, mas o sujeito consegue se esvair em subjetividades muitas vezes escondidas do convívio de seus grupos de pertencimento consagrados socialmente, mascarando-as para não subverter a ordem dominante e sobreviver a ela.

A professora Joaquina estabelece que o gênero pode ser entendido a partir de papéis sociais. Peter Ludwig Berger e Thomas Luckmann (2013) consideraram que os papéis sociais são ações tipificadas em torno de arranjos já existentes em uma dimensão objetiva. Nesse caso, a analogia com o teatro exemplifica o modo como a sociedade rege as expectativas associadas aos comportamentos coletivos. Como em uma peça, o roteiro já está previamente estabelecido, sendo que as atrizes e atores são guiadas/os numa espécie de encenação característica. Não há escolhas livres nesse processo, ainda que as interpretações possam ser diferenciadas em cada companhia ou manifestadas distintamente por quem está atuando. Na análise aqui proposta, o gênero é uma repetição estilizada, que vai se consagrando em torno de um coletivo, o que não significa dizer que isso será imutável e intransponível (BUTLER, 2017; 2020). As práticas vistas como subversivas tentam romper e desafiam o que é tido como normal nas práticas de gênero. Isso faz com que o gênero não seja simplesmente uma escolha, mas também uma imposição social.

A professora Débora transita numa definição bastante assertiva sobre a construção dos gêneros. Ao estabelecer o corpo como primeira manifestação das imposições e práticas culturais, problematiza tal posição ao reconhecer os sujeitos intersexos. Nesse caso, o gênero não pode ser algo natural, mas uma constituição relativa, visto que os valores sociais são diversos quando comparados na ótica de cada cultura. Em consonância com tais dimensões, a docente indica um elemento

problematizador, ao estabelecer marcas de oposição ao gênero. Atribuem-se características generificadas de acordo com os interesses sociais manifestados nas dimensões de poder, de opressão e de privilégios históricos. A quem interessa uma educação emocional pautada em binarismos de gênero em que as mulheres são ensinadas a serem “dóceis”, “compreensivas” e “meigas”, mas também “hísticas” quando conveniente aos homens? Por qual razão vincula-se a dominação à fragilidade e ao sentimentalismo atribuído a elas? Tais situações são constantemente evocadas quando se tem práticas de violência ancoradas nas marcas históricas de generificação, consolidando uma situação hierárquica. O “sentimentalismo”, ante uma característica biológica e instintiva, é uma construção social. Raramente, esse mesmo “sentimentalismo” é justificativa para as ações de outros homens nas relações sociais, a menos que seja para justificar as próprias condições comportamentais pautadas no patriarcalismo, como no caso da violência contra as mulheres.

O professor Fausto estabelece a sua definição em torno das questões corporais. Em sua fala, é evidenciado o cuidado com a tentativa de estabelecer os conceitos sem necessariamente causar algum tipo de constrangimento ou violência contra os sujeitos. Destaca que a partir de sua formação, o corpo é um importante elemento de partida, mas que há uma questão social interligada ao processo de caracterização dos atos. Ao mesmo tempo, apresenta considerações que aproximam o conceito abordado com a dimensão da sexualidade, não sabendo ao certo os limites ou as intersecções entre ambos. Nesse caso, observa-se a dificuldade em transitar sobre as questões biológicas, comportamentais e dos desejos, indicando a necessidade de formação sobre as temáticas. Nota-se o modo como as formações iniciais indicam caminhos para as conceitualizações, mesmo que tais problemas não tenham sido discutidos durante a trajetória de consolidação professoral.

A professora Giovana compartilha da mesma dificuldade em estabelecer uma definição sobre o conceito. Apresenta o gênero aproximando-o das questões de sexualidade e vinculadas ao processo de escolha dos sujeitos, de modo a construir suas representações identitárias em torno da individualidade existente. Por ser uma opção, parte do campo da subjetividade e do prazer. No entanto, não é visualizada a dimensão social em sua perspectiva. É como se as vontades fossem respeitadas e partissem de um processo de aceitação de quaisquer preferências observadas nesse cenário, sem interferência das vigilâncias, padrões sociais e simbologias presentes.

Sobre esse posicionamento, Butler (2016: 260-261) irá considerar que:

O simbólico é compreendido como a esfera que regula a assunção do sexo, na qual sexo é entendido como um conjunto de posições diferenciais, masculinas e femininas. [...] Nesse sentido, gênero opera para assegurar determinadas formas de relações sexuais reprodutivas e para proibir outras formas. O gênero de alguém, nessa perspectiva, é um índice das relações sexuais prescritas e proscrias pelas quais um sujeito é socialmente regulado e produzido.

Para a autora, se o gênero pode ser visto como norma, não necessariamente os sujeitos sociais irão tentar se aproximar do que é estabelecido. Butler (2016: 261) vai dizer que o gênero será uma forma de “poder social que produz o campo inteligível de sujeitos, e um aparato pelo qual o binarismo de gênero é instituído”. Ainda que perpassasse pelas expectativas sociais, existe a distância entre o que é o gênero e a norma e, sobretudo, a sua incorporação nos atos cotidianos.

Por fim, a professora Mariana colabora com a ideia de que o corpo biológico é um elemento importante para as definições de gênero. Por sua formação na área

médica, o binarismo é colocado como a fonte de sua interpretação. Assim, Guacira Lopes Louro (2018: 75-76) diz que:

A concepção binária do sexo, tomado como um “dado” que independe da cultura, impõe, portanto, limites à concepção de gênero e torna a heterossexualidade o destino inexorável, a forma compulsória da sexualidade. As descontinuidades, transgressões e subversões que essas três categorias (sexo – gênero – sexualidade) podem experimentar são empurradas para o terreno do incompreensível ou do patológico. Para garantir a coerência, a solidez e a permanência da norma são realizados investimentos – continuados, reiterativos, repetidos. Investimentos produzidos a partir de múltiplas instâncias sociais e culturais: postos em ação pelas famílias, pelas escolas, pelas igrejas, pelas leis, pela mídia ou pelos médicos com o propósito de afirmar e reafirmar as normas que regulam os gêneros e as sexualidades.

A heteronormatividade é um dispositivo de sexualidade (FOUCAULT, 2017) construído em múltiplas caracterizações sociais, fundamentalmente estruturadas em torno da norma: um corpo biológico deve manter relações afetivas e sexuais com aquele que é oposto ao seu. Butler (2017) vai desenvolver uma análise a partir do que ela conceitualiza como matriz heterossexual, que discorre sobre a ideia de que a heterossexualidade não é apenas uma orientação sexual, mas uma construção social e cultural pautada em sujeitos inteligíveis e as expectativas consideradas como normais dentro da sociedade. As descontinuidades propostas por Louro (2018) são necessárias para desmistificar a naturalização da legitimidade dessa ordem cultural, isto é, o questionamento sobre a associação entre o corpo e o prazer. Para a autora, “a ordem ‘funciona’ como se os corpos carregassem uma essência, desde o nascimento; como se os corpos sexuados se constituíssem numa espécie de superfície pré-existente, anterior à cultura” (LOURO, 2018: 75).

A partir das múltiplas interpretações sobre o conceito de gênero e suas possíveis relações com os cursos, questionou-se as/os docentes sobre as percepções no campo de suas atuações. Para tanto, perguntou-se sobre a existência de comportamentos ou práticas masculinos e/ou femininos em sala de aula. Foram destacadas as seguintes passagens:

*Sim, eu acho que sim. A forma como a pessoa veem, a forma como a pessoa conversa, a forma que ela se veste, ou o brinco, que ela coloca, as vezes atrapalha e as vezes auxilia na formação do grupo dentro da sala de aula. (JOAQUINA, 2022)*

*Não. Nas turmas que eu dou aula não tem nada. Inclusive tem tão pouco que nem... A gente brinca que nem cavalheirismo, sabe? Tipo, tem que pegar cadeira, é homem e mulher que vai pegar a cadeira. Ninguém tá demarcando nada, sabe? A mulher não se faz de “ – A, eu não consigo” e o homem não fala “ – A, isso não é coisa de mulher”. Então, assim, não... Nunca tive relacionado, nunca percebi, né, relacionado a especificamente isso: homem e mulher. (FLÁVIA, 2023)*

A professora Joaquina indica que as práticas de gênero estão presentes em sala de aula e no ambiente universitário. Na sua opinião, elementos como o modo de conversar, as roupas e os adereços utilizados são indicativos existentes para se perceberem as diferenciações entre os gêneros. É interessante observar que sua argumentação dialoga diretamente com a definição de gênero dada anteriormente. A docente indica que as questões de gênero são constituídas por meio de papéis sociais. Desse modo, o roteiro social influencia nas ações e comportamentos presenciados em sala de aula.

A professora Flávia diz não perceber tratamentos distintos entre comportamentos de gênero no ambiente educacional. Ao citar a ideia de cavalheirismo, indica a existência de uma padronização em torno dos costumes existentes na

sociedade. Porém direciona a sua percepção para a inexistência de práticas parecidas em sala de aula. Nesse caso, a invisibilidade do gênero é marcada pela naturalização de um comportamento único, predominantemente masculinizado.

A partir das respostas obtidas, verifica-se que a definição do conceito de gênero interfere na percepção sobre as práticas de gênero na sala de aula. Ponderações sobre a parte biológica são atravessadas pela observação da sexualidade nesses espaços, de modo a existir uma certa confusão entre os conceitos. Isso dialoga com as dificuldades em lidar com a construção social de sujeitos fora da norma hegemônica, visto que as diferenciações serão percebidas no viés do que é naturalizado no cotidiano.

Especificou-se o questionamento sobre os binarismos consagrados e suas relações com a sala de aula. Perguntou-se sobre a existência de práticas femininas ou masculinas em sala de aula. Foram ofertadas as seguintes considerações:

*Cara, na graduação eu acredito que não. Eu acho que na formação, no primeiro e segundo grau, eu acredito mais. Por que que eu falo isso? A prática na graduação, a prática, elas se homogeneizam, na... Na... No primeiro e segundo grau tem muitas brincadeiras masculinas e muitas brincadeiras femininas. Mas quando você vai para a graduação, isso é abandonado. Então, vamos supor, nós não temos esportes. Nós temos aí depois aquela gincana institucional, né? Que aí eu vou ter a prática do vôlei feminino, porque aí é uma situação, né? Eu não vou colocar um grupo de vôlei feminino contra um grupo de vôlei masculino. Aí seria não adequado pela força, né? Então isso aí se torna irrelevante porque é uma necessidade de equacionar, né, de colocar os mais fortes com os mais fortes, os mais fracos com os mais fracos. (ÍTALO, 2021)*

*Os meninos sentam ali e interagem com os outros alunos, com alunos dos outros cursos eu vejo bastante e tratam do futebol e dos jogos que tiveram. E as meninas falam mais do fim de semana, do que aconteceu. E até dentro de sala de aula. Eu vejo isso também. Então tem essa diferença, dos assuntos femininos e dos assuntos masculinos. (SELMA, 2022)*

*Às vezes a gente acaba impondo quando vai preparar uma atividade. A gente coloca essa questão, né, do gênero na atividade. Muitas vezes sem perceber. Por quê? Porque não tem uma formação sobre isso. Então, olha, “ – Vai fazer a atividade de jogar bola”. “ – A, então vamos colocar o grupo de meninos”. Não acho que é uma maldade, mas eu acho que é uma deficiência de formação. (JOAQUINA, 2022)*

O professor Ítalo considera que as práticas na graduação não são constituídas a partir das marcas de gênero. Nesse sentido, aponta que tal situação é mais visualizada na educação básica, em circunstâncias descritas como brincadeiras masculinas ou femininas. Aqui, tende a criar uma situação em que alunas e alunos são tratadas/os de forma homogênea, numa espécie de neutralidade acadêmica. As diferenças não são percebidas nem constituídas como elemento significativo para a sala de aula. Visualiza, no cotidiano do Ensino Superior, a distinção de gênero nos jogos universitários, salientando o aspecto biológico (força física) tal qual componente estruturante para a divisão.

Verifica-se que o docente naturaliza as ações e os comportamentos performáticos, numa espécie de reificação das práticas sociais. Larissa Pelúcio (2014) tece considerações importantes sobre o modo como se cria a ideia de uma essência imutável dos atos cotidianos, ou seja, uma matriz teórica essencialista das ações de gênero, numa oposição à perspectiva construcionista, que é pautada na visão histórica e cultural dos atos. De maneira precisa, o Quadro 2 estabelece as principais características das vertentes assinaladas.

**Quadro 2** - Matrizes teóricas dos estudos de gênero. Fonte: Pelúcio (2014: 99)

ESSENCIALISTA	CONSTRUCIONISTA
<ul style="list-style-type: none"><li>- Naturaliza os gêneros vinculando-os a um determinante biológico;</li><li>- É, portanto, determinista e biologizante;</li><li>- O que faz que tenha um enfoque a-histórico e transcultural</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Propõe que os gêneros são produto de relações históricas e sociais;</li><li>- Sendo assim, são simbolicamente constituídos;</li><li>- O que faz com que tenham dimensões culturais.</li></ul>

A professora Selma aponta que as diferenças de gênero estão presentes em sala de aula, complementando sua observação do questionamento anterior, em que as formas de expressão eram condicionadas por esse processo de diferenciação. Aqui, indica que as conversas temáticas são distintas, a partir de áreas de interesse dissemelhantes. Na sua opinião, os “meninos” conversam sobre futebol e os jogos que aconteceram durante os últimos dias. Em contrapartida, as “meninas” falam sobre os acontecimentos do fim de semana e possivelmente suas consequências nas relações sociais. Nota-se que a professora aponta a generificação das conversas, ao considerar a existência de assuntos “masculinos” e “femininos”. Nessa situação, os aspectos de socialização e a percepção de áreas de interesses são construídas durante a existência dos sujeitos, de modo a produzir grupos (que podem se constituir por meio do gênero) com preferências significativas. No entanto não se verifica a constatação de questões de gênero associadas à escolha do curso de graduação ou das áreas de interesse dentro das possibilidades de atuação do/a operador/a do Direito.

Nas considerações apresentadas por Ítalo e Selma, a visão essencialista de gênero encontra-se presente. O órgão genital, referenciado pela/o docente, seria o responsável por fazer com que as práticas e comportamentos sociais fossem estabelecidos no cenário cotidiano. Segundo Pelúcio (2014: 99),

Quando falamos de gênero, pela matriz essencialista, o associamos diretamente ao sexo genital, e o tomamos também como um definidor absoluto da nossa forma de viver, perceber, sentir, desejar. Acabamos por desconsiderar que há uma boa dose de aprendizado nisso tudo, que ser homem ou mulher é algo que varia de sociedade para sociedade, e, mesmo em uma dada sociedade, temos variações.

Na sequência, a professora Joaquina faz um alerta em relação a esse processo de percepção essencialista. Em muitos casos, há a naturalização e permanência de estereótipos de gênero na realização de atividades formativas. A docente ilustra sua consideração ao relacionar o gênero ao ato de “jogar bola”. Tende-se a considerar que as práticas esportivas, sobretudo o futebol, estejam associadas ao campo do masculino, em decorrência de maior exposição dos homens nas transmissões e no mercado de consumo. Assim, há a transferência das manifestações generificadas para o próprio contexto do ambiente universitário. A sala de aula não está imune a esse processo. Joaquina destaca que tal situação não transcurre de forma intencional ou consciente, mas justamente por não ocorrerem formações para tais atividades. A performatividade do gênero se fortalece à medida que se reproduzem os valores e as práticas consagradas, a tal ponto de manter a continuidade dessas distinções sociais.

Joaquina reconhece o caráter histórico das aproximações simbólicas entre os atos performativos e suas vinculações com o gênero, numa perspectiva construcionista. Assim,

Para ler os signos, temos de nos valer das referências de nossa cultura, de nosso tempo. Quando agimos assim, estamos desnaturalizando, dessencializando, pois estamos inserindo o debate no campo móvel e dinâmico das relações sociais. Desnaturalizar é pensar que gênero, esta marca fundamental da nossa existência, não é um dado biológico e pronto, mas varia de sociedade, ao longo da história, e só pode ser entendido na sua dimensão política, sim, política, porque tem a ver com relações de poder: quem manda, quem obedece, o que é verdade, o que não é (PELÚCIO, 2014: 100)

Por meio dos relatos apresentados, o que se observa são problematizações derivadas de construções sociais em que as questões de gênero extrapolam as práticas curriculares e se fortalecem no próprio âmbito cultural, reverberando no imaginário coletivo e criando repetições consagradas que serão atribuídas a partir de manifestações binárias. Nas respostas aqui observadas, os aspectos formativos e as trajetórias das/os professoras/es colaboram para assinalar a importância de compreensão da temática para as práticas de sala de aula. Ítalo e Selma ancoram suas perspectivas no campo essencialista, em virtude das discussões encontradas nas suas áreas de formação. Tanto nas Ciências Contábeis quanto no Direito, a realidade é pautada na observação da norma e das leis, numa aproximação positivista de sociedade. Em contrapartida, Joaquina estabelece reflexões no campo construcionista, associando gênero tal qual produto social, variável na cultura e no tempo histórico. Ainda que na área da saúde as questões biológicas tendem a se constituir como a base das investigações,

Reconhece-se que as professoras e professores entrevistadas/os neste estudo frequentaram os bancos escolares anteriormente à resolução apresentada. Possivelmente, os resultados da proposta serão observados nas próximas décadas. É necessário acompanhar o desenvolvimento do conteúdo da resolução, visto que sua deliberação atinge o campo das licenciaturas e bacharelados<sup>11</sup>.

## Considerações finais

As definições e problematizações contidas até o momento indicam a necessidade de formação para as temáticas das diferenças e das questões de gênero. A dificuldade em perceber o modo como o discurso de gênero está inserido nos cursos e na instituição revela a importância de saberes e conhecimentos para a prática cotidiana. Em muitos casos, a naturalização da heteronormatividade e da associação das práticas de gênero com o órgão reprodutivo dita o que é aceitável nas interações entre os sujeitos.

É necessário que o contexto do Ensino Superior seja construído em torno do questionamento sobre a norma. O silêncio sobre as manifestações generificadas retrata a naturalização do processo heteronormativo. Nessa situação, torna-se fundamental observar como o discurso hegemônico se concretiza na aceitação do que é tido como normal.

De acordo com Iole Macedo Vanin (2010: 77-8), “a produção, a socialização e a aplicação de conhecimentos não são neutras”. Para a autora, pensar a reforma do Ensino Superior é refletir sobre como o conhecimento é produzido.

As instituições sociais são mecanismos importantes de transmissão e construção de conhecimentos. Com a tentativa de democratização da Educação Básica, a educação formal é um espaço relevante para a formação dos sujeitos. A experiência compartilhada nas salas de aula faz com que se aprenda a reconhecer

<sup>11</sup> Ao consultar os PPCs dos cursos de graduação desta IES, verificou-se que a Resolução 1, de 30 de maio de 2012 é referenciada em todos os projetos.

os marcadores sociais das diferenças. Porém isso somente se torna possível com a inserção de profissionais bem formadas/os no ambiente educacional.

A trajetória formativa da/o docente universitária/o perpassa por esta experiência. Não se torna professor/a do Ensino Superior apenas no momento da formação em pós-graduação. O sujeito carrega as marcas de seus processos de socialização. Instituições de ensino que não dialogam com as diferenças fazem com que as normas hegemônicas sejam reproduzidas e naturalizadas como as únicas possíveis.

Recebido em 23 de novembro de 2024.

Aprovado em 30 de agosto de 2025.

## Referências

BECKER, Howard Saul. *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. Tradução: Marco Estevão; Renato Aguiar: 2. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

BERGER, Peter Ludwig; LUCKAMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de Sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 2013.

BRASIL. Resolução Nº 1, de 30 de maio de 2012. *Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos*. Brasília: Ministério da Educação, 2012.

BUTLER, Judith. *Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”*. São Paulo: n-1 Edições/Crocodilo Edições, 2020.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

BUTLER, Judith. *Quem tem medo do gênero?* São Paulo: Boitempo, 2024.

BUTLER, Judith. *Regulações de gênero*. Cadernos Pagu, 42: 249-74, 2016.

CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. *Gênero: uma perspectiva global*. São Paulo: nVersos, 2015.

DÉBORA. ENTREVISTA V [14 jan. 2022]. Entrevistador: Wesley Piante Chotolli [S.I.], 2022. Arquivo mp4. (82 min).

FAUSTO. ENTREVISTA VI [20 jul. 2022]. Entrevistador: Wesley Piante Chotolli. [S.I.], 2022. Arquivo mp4. (60 min).

FLÁVIA. ENTREVISTA VIII [18 jul. 2023]. Entrevistador: Wesley Piante Chotolli. [S.I.], 2023. Arquivo mp4. (56 min).

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: São Paulo: Paz e Terra, 2017.

GIOVANA. *ENTREVISTA VII* [21 jul. 2022]. Entrevistador: Wesley Piante Chotolli. [S.l], 2022. Arquivo mp4. (59 min).

GIOVANNETTI, Carolina.; SALES, Shirlei Rezende. BNCC, Reforma do Ensino Médio e questões de gênero: disputas para o controle do conhecimento. *Olhar de Professor*, 25: 1-26, 2022.

HEITOR. *ENTREVISTA II* [6 nov. 2021]. Entrevistador: Wesley Piante Chotolli. [S.l], 2021. Arquivo mp4. (82 min).

ÍTALO. *ENTREVISTA I* [13 out. 2021]. Entrevistador: Wesley Piante Chotolli. [S.l], 2021. Arquivo mp4. (78 min).

JOAQUINA. *ENTREVISTA IV* [10 jan. 2022]. Entrevistador: Wesley Piante Chotolli. [S.l], 2022. Arquivo mp4. (64 min).

LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: ensaios sobre a sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. *Pesquisas em educação: abordagens qualitativas*. Rio de Janeiro: E.P.U, 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia do trabalho científico: projetos de pesquisa/ pesquisa bibliográfica/ teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso*. São Paulo: Atlas, 2020.

MARIANA. *ENTREVISTA IX* [26 set. 2023]. Entrevistador: Wesley Piante Chotolli. [S.l], 2023. Arquivo mp4. (42 min).

MELO, Geovana Ferreira. *Pedagogia Universitária: aprender a profissão, profissionalizar a Docência*. Curitiba: CRV, 2018.

MICHEL, Maria Helena. *Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais*. 3. ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2015.

PELÚCIO, Larissa. “Desfazendo o gênero”. In: MISKOLCI, Richard; LEITE JÚNIOR, Jorge (orgs.). *Diferenças na educação: outros aprendizados*. São Carlos: EdUFSCar, 2014. pp. 97- 148.

SAMPAIO, Helena. “Privatização do ensino superior no Brasil: velhas e novas questões”. In: SCHWARZMAN, Simon (org.). *A educação superior na América Latina e os desafios do século XXI*. Campinas: Ed. Unicamp, 2014. pp. 139-192.

SELMA. *ENTREVISTA III* [10 jan. 2022]. Entrevistador: Wesley Piante Chotolli. [S.l], 2022. Arquivo mp4. (64 min).

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, Elder Luan dos Santos. Pânico moral e as questões de gênero e sexualidade na BNCC. *História, histórias*, 8 (16): 143-69, 2020.

VANIN, Iole Macedo. “O Instituto de Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo/INEIM na Universidade Federal da Bahia: um relato das possibilidades de experiências transversais de gênero no ensino superior”. In: ALVES, I.; SCHEFLER, M. L.; VAZQUEZ, P. S.; AQUINO, S. de (orgs.). *Travessias de gênero na perspectiva feminista*. Salvador: EDUFBA/NEIM, 2010.